



## Assembleia de Freguesia de Alcanhões

Ata nº 2/2019

(Ata nº9 de 2017/2021)

Aos vinte e seis dias do mês de Junho de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Alcanhões, convocada pelo Edital número dois de dezoito de Junho de dois mil e dezanove, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1 – Apreciação e votação da Ata da Assembleia Ordinária nº. 1/2019, datada de 30 de abril de 2019.-----
- 2 – Apreciação e votação do Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Alcanhões.-----
- 3 – Apreciação da informação escrita do Presidente de Junta acerca da atividade da Freguesia e sua situação financeira – Relatório Consultoria 2º. Trimestre 2019.-----
- 4 – Outros assuntos de interesse para a Freguesia. -----

À hora marcada, o Presidente da Mesa, agradeceu a presença dos membros da Assembleia e Junta, bem como do público e informou que a Sra. Margarida Peguinho não podendo estar presente solicitou substituição, ocupando o seu lugar o Sr. Nuno Pedro.-----

O Sr. José Oliveira comunicou a impossibilidade da sua presença muito em cima da hora, pelo que não houve lugar a substituição. -----

A Mesa ficou constituída com o Sr. Jorge Antunes, Presidente, Sra. Margarida Eloy, primeira Secretária e Sr. João Inês, segundo Secretário, sendo a restante Assembleia composta pelo Sr. Pedro Mena Esteves, Sra. Cristina Araújo, Sr. Henrique Soares, Sr. Nuno Pedro, e Sra. Maria Leonor Fonseca. O Executivo marcou presença com os seus três membros, Sr. Pedro Rui Branco, Presidente, Sr. Rogério Carrasqueira, Tesoureiro e Sra. Filipa Melro, Secretária. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu início aos trabalhos elucidando os presentes dos vários pontos da ordem de trabalhos. -----

Entrando no ponto um, o Presidente da Assembleia, questionou se existia algum comentário ou alguma correção a fazer. -----

O Sr. Henriques Soares pediu a palavra referindo que da leitura que fez da ata, em sua opinião, não faltou ao respeito ao Presidente da Junta, pois o que disse não foi falta de respeito a ninguém. -----

O Sr. Pedro Esteves tomou a palavra reforçando a ideia deixada pelo Sr. Henrique Soares, sugerindo que se tenha mais atenção na forma como se escreve a ata de forma a não suscitar más interpretações.-----

O Presidente da Assembleia, respondeu que não considera que se esteja a omitir ou a descontextualizar o texto e pediu que fossem mais concretos no que pretendem alterar ou retificar, no entanto, iria ouvir o áudio no sentido transcrever o mais fielmente possível as palavras do Sr. Henrique Soares.-----

A Sra. Margarida Eloy interveio, enquanto secretária, salientando que a ata pretende ser um relato sequencial de tudo o que é abordado na reunião e sugeriu que fosse indicado concretamente o que se pretende alterar. -----

Posta a ata á votação, os resultados foram: 0 votos contra, 3 abstenções e 5 votos a favor. -----

Passou-se de seguida ao segundo ponto da ordem de trabalhos, tendo sido dado a palavra ao Presidente do Executivo, que falando no Regulamento, informou que da decisão de Câmara, as freguesias deveriam ter uma unidade local de proteção civil, tendo como objetivo auxiliar o executivo da junta nessa competência. Apelou às sugestões e melhoramento do documento, demonstrando disponibilidade para esclarecer dúvidas que possam surgir. Caso o documento fosse aprovado há um conjunto de pessoas voluntárias a nomear para integrar essa unidade local. -----

A Sra. Cristina Araújo pediu a palavra para colocar várias questões que lhe surgiram após a leitura do documento, especificando, quais e que recursos responsáveis para o concretizar, se esta foi uma iniciativa do Município de Santarém ou uma iniciativa a nível nacional, se todos os municípios estão a delegar essas competências nas juntas de freguesia, considerando que é uma grande responsabilidade, carece de formação para os voluntários. Questionou ainda se as restantes freguesias do concelho estarão recetivas a este projeto ou foi uma imposição, à semelhança da delegação de competências inicial em que não há auscultação, e até que ponto a freguesia irá responder, numa situação de emergência se as coisas não correrem bem. -----

A Sra. Leonor Fonseca tomou a palavra, em seguida, partilhando de todas as questões /preocupações referidas anteriormente e questionando o presidente do executivo se já tinha ideia da pessoa a nomear para coordenador.

O Sr. Pedro Esteves interveio questionando também se esta tomada de posição será do município de Santarém ou a nível nacional e referindo que dada a situação geográfica/localização da freguesia considera que tem um baixo risco de incêndio e que outras catástrofes que surjam, tais como a queda de edifícios que vivenciou na primeira pessoa, há uns anos atrás, é possível agir de forma rápida e sem grandes mobilizações de pessoas e coordenar a situação de forma rápida e eficaz como aconteceu nessa altura. Para além disso o facto de ser exigido um seguro, que vai acarretar despesas à freguesia, não é, na sua opinião boa opção. -----

O presidente da assembleia, fez também um comentário ao assunto em debate referindo estar um pouco indeciso numa tomada de decisão sobre o mesmo e questionando se eventualmente a Assembleia determinar que não pretende participar, por este ou aquele motivo, não poderá ser interpelada futuramente pela Câmara ou outra entidade qualquer. Salientou ainda que seria útil, um responsável da Câmara ou da proteção Civil realizar na freguesia uma sessão de esclarecimento sobre esta iniciativa. -----

O Presidente da Junta, tomou a palavra começando por agradecer todas as intervenções e transmitindo que muitas das questões anteriormente referidas também foram por si colocadas em reunião de juntas, a responsabilidade, despesas, entre outras questões. Referiu também que esta figura da Unidade Local de Proteção Civil já existia há uns anos, bem como a lei que regula esta unidade, não tendo noção se todos os municípios estão ou não a avançar pois essa informação não lhe foi dada. Foi uma decisão da Câmara, sem lugar a votação, deliberada numa das reuniões da Câmaras com as juntas de freguesia, sendo um dos objetivos da criação destas unidades o prevenir, atenuar, socorrer e apoiar. A preocupação face a catástrofes que ocorrerem noutros municípios faz com que a Câmara de Santarém tenha lançado este desafio aos presidentes de junta que têm esta competência de proteção civil local. Não foi imposto, foi conversado e a questão do curto espaço de tempo torna difícil arranjar as tais oito pessoas voluntárias para assumir esta responsabilidade. Disse ter algumas pessoas em mente, mas que não vai revelar dado que pretende sugestões e todo este processo ainda vai demorar tempo a concretizar-se. Referiu também que as dúvidas que foram levantadas o próprio presidente também as tem e as mesmas serão esclarecidas à posteriori. Entendendo as preocupações enunciadas e partilhando das mesmas afirma que esta comissão seria para atuar em parceria com o executivo numa perspetiva de prevenção de catástrofes. -----

O Sr. Pedro Esteves salientou informação referida no documento sobre as dezasseis horas de formação da unidade local, questionando se essa mesma formação seria gratuita ou onerosa e referiu ainda o custo dos seguros de vida para a equipa das oito pessoas que deve ser dispendioso. Referiu que não considera importante a formalização deste documento pois o mesmo não vem acrescentar nada àquilo que já existe e está referenciado. Considera que não faz sentido, no contexto da freguesia de Alcanhões, assumir custos acrescidos pois todos sabemos que há despesas para fazer e que não se podem fazer para não entrar em derrapagem orçamental. Pediu ainda que os documentos sejam enviados com maior antecedência aos membros da assembleia para que possa ser feita uma leitura e análise dos mesmos com o devido tempo. -----

A Sra. Cristina Araújo interveio realçando a perspetiva da prevenção e que sendo assim porque não é feito pela Câmara de Santarém, num primeiro passo, ações de formação à população em geral e daí as pessoas ficarem mais despertas para o tema. Numa segunda fase, no próximo ano, constituir então essas comissões ou essas unidades locais. Referiu ainda que o que a melindra nesta situação é, em caso de catástrofe, a responsabilidade que os voluntários vão ter. -----

O presidente do executivo respondeu que os documentos foram enviados todos de uma só vez quando estavam finalizados, contudo disse reconhecer que no caso desta assembleia tudo foi mais apertado em termos de tempo mas afirmou que numa próxima tudo será enviado com maior prazo para leitura e análise. Relativamente à aprovação ou não do documento em questão disse ser pacífico, enquanto decisão da assembleia, dado que existem várias dúvidas a esclarecer que ele próprio também as tem. As formações/sessões de esclarecimento

promovidas pela câmara aconteceram até então nas freguesias consideradas prioritárias e ao longo do tempo estender-se-ão também a outras freguesias. Relativamente ao seguro dos voluntários, que não será de vida mas sim de acidentes pessoais, julga que o seu custo rondará os dez euros por ano mas será também uma questão a confirmar. Deixou então á consideração e decisão da assembleia se este assunto integrará a próxima assembleia ou eventualmente uma assembleia extraordinária, sendo colocada uma súmula de todas as questões/dúvidas por escrito ao senhor Presidente da Câmara a solicitar resposta. -----

O presidente da assembleia, questionou os seus membros sobre o que fazer, em virtude de todas as dúvidas que existem, ponderando que se redija um ponto de situação e se aguarde reposta às mesmas. -----

O Sr. Pedro Esteves tomou a palavra para questionar se este assunto foi levado às reuniões de presidentes de junta e a decisão foi aí ou se foi o executivo camarário que delegou que os presidentes de junta constituíssem estas unidades, ou ainda, se vai à assembleia para decisão da maioria relativamente a esta matéria. Alertou ainda para a necessidade de limpeza do terreno das Sopas que é da responsabilidade do Presidente da Junta e do Presidente da Câmara e cuja intervenção considera urgente pois pode colocar em risco os terrenos e casas próximos. Disse ainda que considera que o assunto pode ser tratado na assembleia de setembro para que seja tudo bem esclarecido. -----

A Sra. Cristina Araújo salientou o facto de o regulamento entrar em vigor quinze dias após a sua aprovação e assim não haverá tempo de esclarecer as dúvidas e arranjar as pessoas, logo não se estava em condições de votar o documento. -----

O presidente da junta informou que o assunto foi abordado nas duas últimas reuniões de juntas e foi remetida a minuta por correio eletrónico no início de junho com a indicação do processo a desenvolver, contudo considerou pacífico adiar-se o assunto para a assembleia de setembro comprometendo-se a fazer chegar todas as questões e dúvidas colocadas junto da Câmara Municipal e da Proteção Civil. -----

Existiram ainda algumas considerações sobre o regulamento desta unidade local de proteção civil, nomeadamente pelos Srs. Henrique Soares e Nuno Pedro, focando aspetos importantes a esclarecer. -----

Procedeu-se, em seguida, à votação unânime da não aprovação do documento supracitado. -----

O presidente da mesa passou ao ponto três da ordem de trabalhos, dando a palavra ao presidente do executivo, referindo este que haviam sido disponibilizados aos membros da assembleia dois documentos, como habitual, o relatório da parte financeira e a agenda trimestral. Referiu que foi feito o apuramento financeiro do relatório a quinze de junho. Comparando anos, dois mil e dezoito, que foi o primeiro ano completo deste executivo, com o presente ano verifica-se uma descida no que diz respeito á despesa tendo por referência o mês de maio visto que o mês de junho ainda não está fechado, existindo também uma diminuição de receita. Manifestou a intenção de continuar com o rigor de contas, o controlo de gastos e o aumento de receitas dentro do que for possível e certamente que em setembro se terá uma análise mais profícua daquilo que vai ser a perspetiva de final de ano e será talvez possível nessa aluta baixar a execução orçamental. Salientou ainda que em relação às Águas de Santarém, assunto que a todos preocupa, referiu que o valor ronda os dezanove mil euros. Manifestou abertura para resposta a questões que pretendam os membros da assembleia clarificar. -----

Pediu a palavra o Sr. Pedro Esteves mencionando os valores em caixa nas respetivas contas, e sendo que se reportam ao dia trinta e um de maio, questionou o Presidente do Executivo se já estavam pagos os vencimentos e subsídios, e ajustes feitos de acordo com a legislação, pois mediante estes valores não conseguia perceber de que forma foi feita a gestão. -----

O Presidente do Executivo respondeu esclarecendo alguns pormenores e afirmando que há dinheiro na conta e os ordenados e subsídios foram pagos. -----

O Sr. Henrique Soares colocou uma questão relativa à dívida das Águas de Santarém querendo saber qual valor que foi abatido à dívida já existente quando o atual executivo tomou posse. -----

O Presidente do Executivo referiu que o compromisso deste executivo foi entregar tudo o que recebessem de faturas de água e que isso só não aconteceu nos primeiros três meses de mandato, dado que tinham algum receio que não houvesse dinheiro suficiente para pagar ordenados. Neste momento o valor retido do que foi recebido e não entregue são quinhentos e trinta euros e a diferença deste para o anterior executivo são mil euros. O princípio continua a ser receber e pagar e quando é possível pagar mais, paga-se mais. -----

O Sr. Pedro Esteves questionou o presidente do executivo de um eventual comentário que possa ter feito, alusivo a um cenário negativo que recebeu do executivo anterior solicitando algum esclarecimento, já que esta conversa lhe foi feita por um colega de partido do executivo. -----

O Sr. Presidente do executivo, respondeu então que não tem por hábito emitir comentários a denegrir a imagem de ninguém e sempre respeitou o trabalho de quem esteve anteriormente, destacando a importância do mesmo nas suas intervenções. Assim sendo, não conseguia responder, pois não faz ideia do que possa essa terceira pessoa ter referido ou transmitido, reiterando mais uma vez que sempre valorizou o trabalho feito anteriormente e que não tem por hábito dizer mal de alguém. -----

O Presidente da Mesa, passou de seguida ao ponto quatro da ordem de trabalhos, tendo solicitado a palavra a Sra. Maria Leonor Fonseca, para fazer uma observação em relação à utilização dos produtos fitofarmacêuticos e sugeriu a procura de uma alternativa a estes produtos. -----

O Sr. Henriques Soares pediu a palavra, questionando, em que programa está inserido o Sr. Joaquim, que executa trabalhos com os funcionários da Junta e quais as funções que foram atribuídas ao funcionário Alberto Leiria quando voltou da baixa médica, alertou que o muro da fonte de Santa Marta está em perigo iminente de derrocada e também para o perigo de acidentes rodoviários na Rua Joaquim Rodrigues Madeira. -----

A Sra. Cristina Araújo interveio, sugerindo a regulação do relógio da iluminação do Arneiro, que se acende ainda é dia, solicitou mais limpeza, especificamente na festa de final de ano da escola, que existiam excrementos de cão e copos na relva e a criação de mais sombras no próximo dia da criança, alertou para o fosso que existe na paragem dos autocarros na rua Dom Duarte de Almeida, por fim, deixou uma questão relacionada com a altura dos muros do espaço de jogo e recreio. -----

O Sr. Pedro Esteves interveio, reforçando, a necessidade da alteração da hora a que se liga a iluminação do arneiro, considerando indecente que ninguém o tenha feito e também a intervenção no fosso na rua Dom Duarte de Almeida. Questionou o executivo se já pensou nas obras a efetuar no futuro, de forma a quem vier a seguir tenha obra para executar. -----

O Sr. Nuno Pedro pediu a palavra, questionando quais os prazos na obra do espaço de jogo e recreio, alertou para se efetuar a marcação de uma passadeira para peões na rua Dom Duarte de Almeida e fez um ponto de situação da empreitada de arruamentos diversos na entrada de Alcanhões, questionando qual a situação da obra. -----

O Presidente da Junta tomou a palavra, começando por agradecer todas as intervenções, indicado que em relação aos produtos fitofarmacêuticos, já pediu vários orçamentos de outros produtos, mas que até agora não lhe foi apresentado nenhum produto onde o custo pudesse ser suportado pela Junta. Relativamente às questões com os funcionários, indicou que o Alberto Leiria está apto condicionalmente com as funções de cantoneiro tendo solicitado a aposentação e o Sr. Joaquim está a fazer trabalho comunitário. Na questão do muro da fonte de Santa Marta e do Alto do Celeiro, já está a equacionar as medidas para impedir que exista uma derrocada. Reconheceu que existiu um atraso no acerto da hora do relógio, mas que foi corrigido em junho e verificou que o relógio estava avariado, não assumindo a hora colocada. Na questão da sombra no dia da criança, indicou que foi colocada exatamente a que foi pedida pela Associação de Pais, indicou ainda, que em relação ao Arneiro, a limpeza é feita de forma regular e que vai ser efetuada uma manutenção na relva após a feira de Santa Marta. Na questão da paragem dos autocarros, indicou que existe uma intenção de alterar o local da mesma. Relativamente ao espaço de jogo e recreio, está planificado que a obra termine no dia 15 de julho e que a altura dos muros foi revista para baixo. Na empreitada de arruamentos 2018, está planificado o arranque da obra para os próximos dias e que termine num prazo de quinze dias após o começo. Em relação a obras futuras está equacionado ser para passeios. -----

A Sra. Cristina Araújo tomou a palavra, para questionar se existe alguma empresa de limpeza ao serviço da freguesia. -----

O Sr. Pedro Esteves interveio, para questionar se existe alguma intenção de deslocalizar a paragem de autocarros que existe perto da igreja, sugeriu a colocação de sinalização vertical de proibido estacionar junto ao espaço de jogo e recreio, expressou a preocupação de só existir iluminação led numa parte da freguesia, questionou o Presidente do Executivo se existia uma má relação institucional com a I.P. e qual o ponto da situação da manutenção dos ramais de água por parte das Águas de Santarém. -----

O Presidente da Junta tomou a palavra, para indicar que existe uma empresa de limpeza privada que efetua limpeza de quinze em quinze dias. Quanto à questão da paragem de autocarros perto da igreja desconhece que

exista alguma intenção para a deslocalizar. Na questão da sinalização vertical, indica que, já existe a aprovação da parte do executivo do plano de sinalização na zona do espaço de jogo e recreio. Referente à colocação da iluminação led, esclarece que foi colocada por parte da câmara uma parte em cada freguesia. Relativamente à I.P. indica que houve algumas reclamações por parte da Junta, devido a ausência de cortes de verdes e da problemática das passagens de nível, por fim na questão dos ramais de água, indicou, que foram levantadas várias situações onde algumas foram resolvidas de imediato por parte das Águas de Santarém. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, questionou o executivo acerca do ponto de situação de dois assuntos colocados pelo público, na assembleia anterior, acerca da colocação de contentores de lixo e de um aluimento de terras na rua José Burlamaqui Gaspar. -----

O Presidente da Junta respondeu que relativamente aos contentores de lixo, estava em contacto com a Câmara para verificar a hipótese de colocação ou deslocalização dos mesmos de forma a tentar suprir todas as necessidades e que acerca do aluimento de terras iriam tentar entrar em contacto com o proprietário. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu a palavra ao público, sem antes pedir desculpa pelo adiantado da hora. -----

Solicitou a palavra o Sr. Ricardo Garcia, indicando que junto ao largo do Arneiro existe por vezes muito ruído durante a noite, o que incomoda os moradores da zona, solicitando ao executivo que faça chegar o problema junto das entidades competentes e questionou qual o motivo da retirada de um caixote de lixo que se encontrava nas traseiras da Junta de Freguesia. -----

O Presidente da Junta respondeu, que relativamente ao ruído, é maioritariamente efetuado por pessoas de uma faixa etária mais jovem, que é necessário existir uma sensibilização de forma a tentar diminuir o incómodo para os moradores, em relação ao motivo da retirada dos caixotes de lixo foi informado que seria para reparação e posterior colocação nos mesmos sítios. -----

Não havendo mais intervenções do público, o Sr. Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembleia de Freguesia, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os membros presentes. -----

---

---

---

---

---

---

---

---